Diário Oficial Eletrônico

ANALÂNDIA

Segunda-feira, 06 de março de 2023

Ano II | Edição nº 43

Instituído conforme Lei Municipal

SUMÁRIO

Poder Executivo 2

Atos Oficiais 2

Outros atos oficiais 2

Diário Oficial Eletrônico

ANALÂNDIA

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Outros atos oficiais

MUNICÍPIO DE ANALÂNDIA

Tecnologia da Informação

Plano de Continuidade de TI

2023

Plano de Continuidade de TI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
ESCOPO	3
SERVIÇOS ESSENCIAIS	3
PRINCIPAIS AMEAÇAS	4
PAPEIS E RESPONSABILIDADES	4
INVOCAÇÃO DO PLANO	6
MACROPROCESSOS	6
ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE	6
PLANO DE CONTINUIDADE OPERACIONAL (PCO)	7
PLANO DE ADMINISTRAÇÃO DE CRISES (PAC)	8
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES (PRD)	10
DOCUMENTO DE VALIDAÇÃO E TESTE	12

Plano de Continuidade de TI

1 APRESENTAÇÃO

Uma vez que falhas nos serviços de TI impactam diretamente a continuidade da prestação do serviço público, espera-se com este plano prover medidas de proteção rápidas e eficazes para os processos críticos de TI relacionados aos sistemas essenciais em casos de incidentes graves ou desastres. O plano de continuidade atuará como resposta aos resultados da Análise de Impacto nos Procedimentos, bem como Análise de Riscos.

2 ESCOPO

O Plano de Continuidade de TI (PCTI) abrange as estratégias necessáriasà continuidade dos serviços de TI essenciais: contingência, continuidade e recuperação. Está voltado a conceder continuidade aos processos definidos como críticos para a TI da Prefeitura de Analândia.

3 SERVIÇOS ESSENCIAIS

São os seguintes serviços considerados essenciais, por ordem de priorização, para o acionamento e execução deste plano.

Serviço	**Criticidade[1]**	**RPO[4]**	**RTO[3]**	**Impacto[2]**			
				Financeiro	**Legal**	**Imagem**	**Operacional**
Saúde	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Educação	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Contabilidade	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Tesouraria	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Tributos	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Recursos Humanos	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Transparência	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Audesp	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Almoxarifado	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto

Plano de Continuidade de TI

Compras	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Cidadão Web	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Protocolos	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
Links de Internet	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto
E-mail institucional /Webmail	Alta	Backup mais recente	1 dia	Indefinido	Alto	Alto	Alto

1 (A)lto, (M)édio, (B)aixo, (I)ndefinido.
2 (A)lto, (M)édio, (B)aixo, (I)ndefinido.
3 Período de tempo dentro do qual os níveis mínimos dos serviços e/ou sistemas devem ser recuperados após a ocorrência de uma interrupção.
4 Ponto em uma linha de tempo em que os dados devem ser recuperados após a ocorrênciade uma ruptura.

4 PRINCIPAIS AMEAÇAS

Este plano deve ser acionado quando da ocorrência de cenários dedesastres que apresentam risco à continuidade dos serviços essenciais.

EVENTO DE DESASTRE	POSSÍVEIS CAUSAS
01- Interrupção de energia elétrica	Causada por fator externo à rede elétrica do prédio ou de sua localidade com duração da interrupção superior a 12 horas. Causada por fator interno que comprometa a rede elétrica do prédio com curto-circuitos, incêndio e infiltrações.
02 - Falha Climatização da sala cofre	Superaquecimento dos ativos devido a falha no dimensionamento de carga na sala cofre.
03 - Indisponibilidade de rede/circuitos	Rompimento de cabos de interconexão decorrente da execução de obras públicas, desastres ou acidentes.
04 - Falha humana	Acidente ao manusear equipamentos críticos.
05 - Ataques internos	Ataque aos ativos do Data Center.
06 - Incêndio	Incêndios que comprometam os serviços de TIC.
07 - Desastres Naturais	Terremotos, tempestades, alagamentos e etc.
08 - Falha de hardware	Falha que necessite reposição de peça ou reparo,cujo reparo ou aquisição dependa de processo licitatório.
09 - Ataque cibernético	Ataque virtual que comprometa o desempenho,os dados ou configuração dos serviços essenciais.

5 PAPEIS E RESPONSABILIDADES

DA COMISSÃO DE DESASTRE/RECUPERAÇÃO/COMUNICAÇÃO (CDRC):

Plano de Continuidade de TI

Cabe a Comissão, nomeada pelo chefe do poder executivo, avaliar o plano periodicamente e decidir pelo seu acionamento quando da ocorrência de desastres, respondendo em nível institucional pela execução do plano e demais ocorrências relacionadas.

A Comissão deve incluir autoridades em nível institucional e tomadores de decisão.

Caberá à Comissão comunicar aos funcionários, autoridades, fornecedores, sobre o desastre, inclusive, na mídia, se necessário.

- O presidente desta comissão administrará e manterá o Plano de Administração de Crise.

DA EQUIPE DE INSTALAÇÕES/AMBIENTE:

Caberá ao OTI a responsabilidade pelas instalações físicas que abrigam sistemas de TI e pela garantia que as instalações de alternativa estarão mantidas adequadamente. Avalia os danos e supervisiona os reparos. Na hipótese se ser este serviço terceirizado, fica o OTI responsável pelo acompanhamento da empresa que presta os serviços ao Município de Analândia.

- O OTI administrará e manterá o **Plano de Recuperação de Desastre.**

OTI DE REDES:

O OTI avalia os danos específicos de qualquer infraestrutura de rede e para fornecer dados e conectividade de rede, incluindo WAN, LAN ou de infraestrutura externa junto aos prestadores de serviço. Na hipótese de terceirização deste serviço, fica este responsável pelo acionamento e acompanhamento dos trabalhos.

EQUIPE DE INFRAESTRUTURA/APLICAÇÕES:

O Município de Analândia terceiriza estes serviços, ficando o OTI responsável por acompanhar a implantação da infraestrutura de servidor físico e virtuais necessária para que a TI execute suas operações e processos essenciais durante um desastre.

A empresa terceirizada deve garantir que as aplicações essenciais funcionem como exigidas para atender aos objetivos de negócios em caso de e durante um desastre. Eles serão os principais responsáveis por assegurar e validar o desempenho das aplicações essenciais e podem ajudar outras equipes de TIC CDR conforme necessário.

EQUIPE DE OPERAÇÕES (TERCEIRIZADA):

A empresa contratada pelo município deve fornecer aos funcionários as ferramentas de que necessitam para desempenhar suas funções da forma mais rápida e eficiente possível. Eles precisarão provisionar todos os funcionários da Prefeitura de Analândia na solução de contingência e aqueles que trabalham remotamente com as ferramentas específicas à sua atuação.

- O OTI administrará e manterá o **Plano de Continuidade Operacional.**

EQUIPE DE BACKUP (TERCEIRIZADA):

A empresa contratada para instalar, monitorar, armazenar os dados em pelo menos 3 locais (servidor, backup externo e nuvem) deve enviar relatórios periódicos ao OTI com análise de perdas com mapeamento da quantidade de dados perdidos, tempo de recuperação desses dados e formular estratégia de recuperação de dados de acordo com as políticas pré-estabelecidas.

Plano de Continuidade de TI

6 INVOCAÇÃO DO PLANO

Este plano será acionado quando da ocorrência de algum dos cenários de desastres, a insurgência ou ocorrência de um risco desconhecido ou caso uma vulnerabilidade tenha grande possibilidade de ser explorada.

Os integrantes da COMISSÃO serão responsáveis por acionar os contatos e partes interessadas, prioritariamente por telefone, ou pessoalmente caso seja possível.

LISTA DE ACIONAMENTO DE CONTATOS

EQUIPE	RESPONSÁVEL	TELEFONE	CONTATO	SETOR
INFRAESTRUTURA	Lucas de Moraes Franco	19 998426189	ti@analandia.sp.gov.br	TI
REDES	Eliezer – OS Connect	19 996395454	atendimento@osconnect.com.br	Terceirizado
INFRA/APLICAÇÕES	CSM / Lucas de Moraes Franco	16 37976333 / 19 998426189	suporte@csmsoft.com.br / ti@analandia.sp.gov.br	Terceirizado
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Flávio - OS Connect	11 975560991	atendimento@osconnect.com.br	Terceirizado
OPERAÇÕES	Lucas de Moraes Franco	19 998426189	ti@analandia.sp.gov.br	TI
BACKUP	CSM / Lucas de Moraes Franco	16 37976333 / 19 998426189	suporte@csmsoft.com.br / ti@analandia.sp.gov.br	Terceirizado

7 MACROPROCESSOS

Este plano tem seus macroprocessos definidos nas atividades a seguir e se desmembra em planos específicos para cada área de atuação quando da ocorrência de um desastre.

O plano do PCTI consiste em:

Plano de Continuidade Operacional (PCO):
Visa garantir a continuidade dos serviços essenciais de TI críticos na ocorrência de um desastre, enquanto recupera-se o ambinete principal.

Plano de Administração de Crise (PAC):
Define atividade das equipes envolvidas e orquestrar as ações de contingência e comunicação durante e após a ocorrência de umdesastre, com intuito de minimizar impactos atéa superação da crise.

Plano de Recuperação de Desastre (PRD):
Planeja e age para que, uma vez controlada a contingência e passada a crise, a TIC retome seus níveis originais de operação no ambiente principal.

8 ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE

A estratégia de continuidade para o cenário atual da TI e serviçosessenciais da prestação de serviços públicos, está estabelecida da seguinte forma:

TIPO : *Warm site* –

Plano de Continuidade de TI

DESCRIÇÃO:

Cópias de backup dos sistemas essenciais armazenadas em local alternativo:

Atualmente a Prefeitura de Analândia não possui estrutura preparada para armazenamento externo, porém está no planejamento de contratações a salvaguarda em nuvem, assim como se iniciou estudos para solução de armazenamento mínimo em backup externo. A necessidade de um site backup remoto é crucial para que seja aplicável a continuidade dos serviços em caso de desastre no prédio ou datacenter da Prefeitura de Analândia.

AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/RECUPERAÇÃO:

- Mapear perda de dados e ativos, restabelecer toda a estrutura afetada e, após o ambiente principal estar operacional, prover a recuperação dos dados em backups.

OBSERVAÇÕES:
- As ações de contingência e recuperação são detalhadas nos subplanos a seguir.

9 PLANO DE CONTINUIDADE OPERACIONAL (PCO)

Este plano descreve os cenários de inoperância e seus respectivos procedimentos alternativos planejados, definindo as atividades prioritárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais.

OBJETIVO E ESCOPO

É escopo deste plano garantir ações de continuidade durante e depois da ocorrência de uma crise ou cenário de desastre tratando-se apenas das ações de contingência definidas na estratégia.

São objetivos PCO:

- Prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços de TI e a continuidade das operações dos sistemas essenciais.
- Estabelecer procedimentos, controles e regras alternativas quepossibilitem a continuidade das operações de TI durante uma crise ou cenário de desastre.
- Estabelecer uma equipe para cada plano PCO, PRD e PAC
- Definir os formulários, checklists e relatórios a serem entregues pelas equipes ao executar a contingência.

EXECUÇÃO DO PLANO

Avaliação de Impacto de Desastre

Identificada a ocorrência de um incidente ou crise, o responsável da operação deve verificar a dimensão do impacto, extensão e possíveis desdobramentos do ocorrido.

Divulgar a informação a todas as equipes envolvidas.

Acionamento do plano

Dado o aval pelo CDR ao acionamento do plano o responsável pela operação convocará reunião de emergência com os líderes responsáveis pele PRD e PAC com o intuito de:

- Coordenar prazos e orquestrar as ações de contingência.

Plano de Continuidade de TI

- Informar os responsáveis pelas ações de contingência com a priorização dos serviços essenciais.

Contingência de Warm Site

Devem ser adotadas as seguintes ações de contingência econtinuidade por processo ou serviço essencial.

Id	Instrução	Duração	Observação	Resultado
1	Verificar status da aplicação de backup eestimar impacto de perda dados (janela)			☐
2	Identificar jobs de backup cujos dados em questão foram afetados			☐
3	Estimar volume de dados a serem recuperados, tempo de recuperação dosdados e possíveis perdas operacionais			☐
4	Atestar retorno do funcionamento do ambiente principal com Líder do PRD			☐
5	Teste de aplicação de backup apósdesastre			☐
6	Validar políticas de backupimplementadas			☐

ENCERRAMENTO DO PCO

Uma vez validado o funcionamento do retorno dos sistemas essenciais e estabilidade do datacenter deverá ser emitido um parecer relatando as atividades realizadas neste PCO.

Informar aos responsáveis de CDR o retorno das atividades.

10 PLANO DE ADMINISTRAÇÃO DE CRISES (PAC)

Este plano especifica as ações ante os cenários de desastres. As ações incluem gerir, administrar, eliminar ou neutralizar os impactos, inerente ao relacionamento entre os agentes envolvidos e/ou afetados, até a superação da crise, através da orquestração das ações e de uma comunicação eficaz.

OBJETIVO

O objetivo deste plano é garantir a comunicação, gerenciar as crises e viabilizar uma compreensão linear a todos os envolvidos das ações antes, durantee após a ocorrência de uma catástrofe.

São objetivos específicos do PAC:

- Garantir a segurança à vida das pessoas;
- Minimizar transtornos sobre os desdobramentos de incidente e estimular oesforço em conjunto para superação da crise.
- Orientar os funcionários e demais colaboradores com informações e procedimentos de conduta.
- Informar a sociedade em tempo e com esclarecimentos condizentes com o ocorrido.

EXECUÇÃO DO PLANO

Comunicação na ocorrência de um Desastre

Plano de Continuidade de TI

Na ocorrência de um desastre será necessário entrar em contato com diversas áreas, principalmente as afetadas para informá-las de seu efeito na continuidade dos serviços e tempo de recuperação. A equipe de comunicação será responsável por contatar estas unidades e passar as informações pertinentes a cada grupo, setor ou seguimento.

A comunicação com cada parte ocorrerá da seguinte forma:

- **Comunicar às autoridades**

A prioridade da equipe de comunicação será assegurar que as autorizadades competentes tenham sido notificadas da catástrofe, principalmente se envolver risco às pessoas, fornecendo as seguintes informações de localização, natureza, magnitude e impacto do desastre.

Autoridade	Número	Data /Hora do registro	Num. Ocorrência
Polícia	*190*		
Bombeiros	*193*		
SAMU	*192*		

- **Comunicação após um Desastre**

Após reunião com responsáveis do PRD e PCO, a equipe de comunicação elaborará um breve programa de comunicação para acionar as partes envolvidas e afetadas de modo a manter todos bem informados e passar a todos a perspectiva dos esforços necessários para o restabelecimento dos serviços inativos.

- **Comunicação com os funcionários**

A equipe de comunicação deverá prover um meio de contato específico para este fim, com intuito de que as secretarias/departamentos da Prefeitura de Analândia mantenham-se informadas da ocorrência de um desastre e da inatividade dos serviços essenciais de TI.

Números de contatos a serem disponibilizados:

Telefone: (19)3566-9090 – Ramal 207

Contatos de E-mail: gabinete@analandia.sp.gov.br

Comunicar unidades e setores da Prefeitura de Analândia

Acionar diretamente às unidades afetadas pelo desastre e fornecer contato.

Informara natureza, o impacto e a abrangência da catástrofe, como também as ações de contingência em andamento.

Comunicar colaboradores externos, cidadãos e mídia.

Plano de Continuidade de TI

A equipe de comunicação, em consonância com a Comunicação da Prefeitura de Analândia, deverá fornecer informações pertinentes aos colabores externos: Advogados, cidadãos e outros órgãos.

Buscar publicar em meios oficiais e de ampla divulgação, com aval do comitê de continuidade e institucional, informações sobre o ocorrido.

Comunicar retorno das operações

Comunicar a todas as partes acima supracitadas quando ocorrer o retorno das operações à normalidade.

ENCERRAMENTO DO PAC

Uma vez validado o funcionamento do retorno dos sistemas essenciais e estabilidade do datacenter a EQUIPE DE COMUNICAÇÃO entrará em contato com as partes descritas neste plano provendo as informações de retorno das operações com as informações de status dos serviços essenciais.

Compor relatório com relação das atividades necessárias após a ocorrência do desastre como remanejamento dos canais de informação, abertura e acompanhamento de chamados correlatos ao ocorrido.

11 PLANO DE RECUPERAÇÃO DE DESASTRES (PRD)

Este plano descreve os cenários de inoperância e seus respectivos procedimentos planejados, definindo as atividades prioritárias para restabelecer o nível de operação dos serviços no ambiente afetado dentro de um prazo tolerável.

OBJETIVO E ESCOPO

É escopo deste plano é garantir o retorno das operações do ambiente principal depois da ocorrência de uma crise ou cenário de desastre tratando-se apenas dos ativos, conexões e configurações deste ambiente.

São objetivos PRD:

- Avaliar danos aos ativos e conexões do datacenter e prover meios para sua recuperação.
- Evitar desdobramentos de outros incidentes na facilidade principal.
- Restabelecer o datacenter dentro do prazo tolerável

EXECUÇÃO DO PLANO

- **Identificar ativos danificados**

As equipes de INSTALAÇÃO/BACKUP/SERVIDORES/REDE deverão identificar elistar todos os ativos danificados da ocorrência do desastre.

- **Identificar acessos interrompidos**

Os responsáveis pela REDE deverão identificar as interrupções de conexões e acessos gerados após o desastre, informando se a abrangência está na rede local, rede WAN ou com o provedor de serviços.

- **Listar serviços descontinuados**

Plano de Continuidade de TI

A equipe do **PRD** deverão mapear quais serviços foram descontinuados contendo as informações de perda de ativo e de conexão. O relatório deverá abranger todos os componentes necessários à plena operação da aplicação como servidores, máquinas virtuais, banco de dados, firewall, storage, routers e switches, bem como respectivas configurações de proxy, dns, rotas, vlans etc.

- **Elaborar cronograma de recuperação**

O responsável pelo PRD após o mapeamento das perdas e impactos elaborará um breve cronograma de recuperação das aplicações levando em consideração:

- A priorização dos serviços essenciais, ou determinação de nível institucional.
- A força de trabalho disponível.

- **Substituição de ativos e equipamentos**

Em caso de perda de ativos, deverá ser imediatamente informado à Comissão a necessidade de aquisição de ativos perdidos que não puderem ser recuperados. A equipe irá mensurar quanto tempo a aquisição irá impactar o RTO de cada serviço comunicando ao **CDR** se há alguma solução alternativa a ser tomada enquanto é realizada a aquisição.

O responsável pelas INSTALAÇÕES deve verificar quais ativos foram danificados estão cobertos por garantia e se poderá ser acionada neste caso através dos fornecedores.

As informações pertinentes à alteração do tempo de recuperação dos serviços serão passadas às equipes do PCO e PAC.

- **Reconfiguração de ativos e equipamento**

O responsável pelas **INSTALAÇÕES** deverá verificar que as configurações dos ativos reparados ou substituídos estão em funcionamento pleno. Caso não estejam, prover cronograma estimado para configurar estes ativos informando à **EQUIPE DE COMUNICAÇÃO** e **CDR**.

- **Teste de ambiente**

O ambiente principal do datacenter antes do recovery dos dados do backup deverá ser testado a fim de garantir que o processo de recuperação ocorra conforme o planejado.

Os testes incluem:

- Garantir os mesmos níveis de capacidade e disponibilidade dos serviços essenciais antes do desastre;
- Recuperar dados do backup
- Proceder a recuperação dos dados para as aplicações, seja do storage ou fitas de backup.
- Validar as configurações e funcionalidades dos sistemas:
- A validação pode ser realizada pelos testes automatizados de monitoramento dos serviços.

Plano de Continuidade de TI

ENCERRAMENTO DO PRD

Ao término do procedimento de recuperação, as informações serão consolidadas em parecer específico informando horário de restabelecimento de cada serviço, equipamentos adquiridos, procedimentos de recuperação realizados e fornecedores acionados.

12 DOCUMENTO DE VALIDAÇÃO E TESTE

O PCTI será testado e validado em reunião entre os responsáveis de cada subplano a cada semestre ou com a insurgência de novos fatores de risco, mudança na análise de impacto, ou com a inclusão de um novo serviço no plano decontinuidade.

Data	Tipo *1	Motivo	Status *2

*1 Teste de mesa; Caminho percorrido; Simulação;
*2 Programado; Executado; Planejado; Agendado; APROVAÇÃO DO PCTI

A versão do PCTI fica aprovada em ____/_____/_____ por deliberação das partes envolvidas.

Paulo Henrique Franceschini
Prefeito de Analândia

Lucas de Moraes Franco
Tecnologia da Informação

Catia Gomes Carmona Cantera
Assessora Especial de Gabinete

Analândia

PREFEITURA

RELATÓRIO CIRCUSTANCIADO - 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA

RELATÓRIO CIRCUSTANCIADO DE GESTÃO
EXECÍCIO FINANCEIRO DE 2022

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o Relatório Circunstanciado de Gestão da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Analândia, contendo a Execução Orçamentária; Análises da Receita e Despesas; Balanços Financeiro e Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração da Dívida Pública, bem como demonstrativos da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Educação Infantil e Recursos Aplicados em Ação e Serviços Públicos de Saúde, relativos ao exercício de 2022, que visa à transparência ao demonstrar a situação econômico-financeira municipal.

1. DESEMPENHO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 ORÇAMENTO

A Lei de Meios do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2022 de nº. 2040 de 29 de dezembro de 2021 estimou a receita e fixou a despesa em R$ 32.013.067,00 (trinta e dois milhões, treze mil e sessenta e sete reais). Entretanto, houve a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, vindo a alterar estas cifras, conforme demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA	32.013.067,00
(+) Créditos adicionais	16.202.917,38
(-) Redução orçamentária	-587.740,00
DESPESA AUTORIZADA	47.628.244,38

1.2 CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício em questão foram autorizados créditos adicionais que somaram R$ 16.202.917,38 (Dezesseis milhões, duzentos e dois mil, novecentos e dezessete reais e trinta e oito centavos). Os créditos adicionais foram efetivados, de acordo com o Artigo 43 da Lei 4.320/64, tendo sido utilizados os seguintes recursos:

Anulações de Dotações	587.740,00
Superávit Financeiro	2.782.447,65
Excesso de Arrecadação	12.832.729,73
Total créditos adicionais	16.202.917,38

1.3 ANÁLISE DO DESEMPRENHO DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R$ 42.374.359,34 (Quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos). O comportamento da receita realizada no exercício considerado traduz-se no quadro seguinte:

TÍTULOS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	DIFERENÇA
Receitas Correntes	**33.724.434,80**	**47.218.236,35**	**13.493.801,55**
Tributária	4.413.060,80	5.596.090,49	1.183.029,69
Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patrimoniais	42.020,00	935.816,65	893.796,65
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00
Industriais	0,00	0,00	0,00
Serviços	455.845,00	480.099,25	24.254,25
Transf. Correntes	28.747.509,00	40.028.266,81	11.280.757,81
Outras Receitas Correntes	66.000,00	177.963,15	111.963,15
Receitas de Capital	**2.480.000,00**	**975.131,81**	**-1.504.868,19**
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	20.000,00	20.000,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transf. de capital	2.480.000,00	955.131,81	-1.524.868,19
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Deduções das Receitas	**4.191.367,80**	**5.819.008,82**	**1.627.641,02**
FUNDEB	4.191.367,80	5.819.008,82	1.627.641,02
TOTAL	**32.013.067,00**	**42.374.359,34**	**10.361.292,34**

As Transferências Correntes e de Capital, da União e do Estado, (descontadas as deduções para composição do FUNDEB) de R$ 35.164.389,80, e, as Receitas Próprias de R$ 7.209.969,54, correspondem a 82,99% e 17,01%, respectivamente.

Transf. Correntes	40.028.266,81	
Transf. de capital	955.131,81	
FUNDEB	-5.819.008,82	
Total Transferências (a)	35.164.389,80	82,99%
Receitas Próprias (b)	7.209.969,54	17,01%
Receita Realizada Total (a+b)	42.374.359,34	100%

O comportamento da receita realizada nos três últimos exercícios, considerando as receitas próprias e as transferências, teve a seguinte evolução:

Ano	Transferências	%	Próprias	%	Total	%
2020	24.853.131,97		3.971.931,59		28.825.063,56	
2021	30.159.254,58	21%	5.051.561,14	27%	35.210.815,72	22,15%
2022	35.164.389,80	17%	7.209.969,54	43%	42.374.359,34	20,34%

Em 2022 houve acréscimo das receitas próprias de 43%, já nas receitas de transferências houve acréscimo de 17% e no total geral da arrecadação o crescimento da Receita de 2022 em relação a 2021 foi de 20,34%.

1.4 ANÁLISE DO DESEMPRENHO DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada em 2022 de R$ 32.013.067,00 (Trinta e dois milhões, treze mil e sessenta e sete reais) foi alterada conforme os critérios adicionais já citados para R$ 47.628.244,38 (Quarenta e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos). A despesa empenhada atingiu R$ 38.764.007,70 (Trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, sete reais e setenta centavos), importância distribuída de acordo com o quadro a seguir:

TÍTULOS	AUTORIZADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
Despesas Correntes	**38.195.686,10**	**35.875.035,42**	**2.320.650,68**
Pessoal e Encargos Sociais	18.646.885,16	18.123.454,67	523.430,49
Outras Despesas Correntes	19.548.800,94	17.751.580,75	1.797.220,19
Despesas de Capital	**9.432.558,28**	**2.888.972,28**	**6.543.586,00**
Investimentos	8.211.558,28	1.720.461,50	6.491.096,78
Amortização da Dívida	1.171.000,00	1.168.510,78	2.489,22
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	50.000,00
TOTAL	**47.628.244,38**	**38.764.007,70**	**8.864.236,68**

O comportamento da despesa realizada nos três últimos exercícios, considerando-se as Despesas Correntes e as de Capital, apresentou a seguinte evolução:

Ano	Corrente	%	Capital	%	Total	%
2020	24.894.453,01		4.045.352,69		28.939.805,70	
2021	28.017.083,63	7,52%	3.439.934,95	-15,60%	31.457.018,58	4,30%
2022	35.875.035,42	34,03%	2.888.972,28	-14,96%	38.764.007,70	28,51%

Verifica-se da execução da despesa do exercício de 2022, o seguinte: a despesa corrente aumentou em 34,03% e a despesa de capital houve uma redução de 14,96%, já a média total realizada teve o acréscimo de 28,51% em relação ao exercício de 2021.

1.5 CONFRONTO DA RECEITA COM A DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

Despesa Fixada	32.013.067,00
(+) Créditos Adicionais	15.615.177,38
(-) Redução Orçamentária	0,00
Despesa Autorizada	47.628.244,38
Despesa Realizada	38.764.007,70
Despesa a Menor	-8.864.236,68
Receita Prevista	32.013.067,00
Receita Arrecadada	42.374.359,34
Receita a Maior	10.361.292,34

2. GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro representa a peça básica para a demonstração da Gestão Financeira de um período uma vez que conjuga as operações de Receitas e Despesas orçamentárias, além daquelas que por sua natureza não dependem da autorização da Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício. As operações financeiras se processaram conforme demonstrado a seguir:

Saldo no início do exercício	5.798.460,99
Receitas realizadas	50.636.720,18
Orçamentárias	42.374.359,34
Transf. financeiras recebidas	1.050,35
Extraorçamentária	8.261.310,49
Saldo das disponibilidades (I)	56.435.181,17
Despesas realizadas (II)	49.109.912,13
Orçamentárias	38.764.007,70
Transf. financeiras concedidas	1.346.576,00
Extraorçamentária	8.999.328,43
Saldo em 31/12/2022 (I-II)	7.325.269,04

O saldo acima confere com o constante do ATIVO DISPONÍVEL do Balanço Patrimonial.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos. A situação do patrimônio do Município fica demonstrado no balanço resumido a seguir:

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	**10.249.028,94**	**CIRCULANTE**	**788.358,75**
Caixa e Equivalentes	8.677.761,49	Obrig. Trab. Prev. Assist. a pagar C.P	381.252,26
Créditos a curto prazo	822.237,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	218.680,81
Demais créditos e valores a curto prazo	35.629,58	Demais obrigações a curto prazo	188.425,68
Estoques	706.209,33		
VPDs pagas antecipadamente	7.191,54	**NÃO CIRCULANTE**	**98.570,61**
		Obrig. Trab. Prev. Assist. a pagar L.P	71.313,90
NÃO CIRCULANTE	**19.908.785,50**	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	27.256,71
Ativo realizável a longo prazo	8.410.318,64		
Imobilizado	11.498.466,86	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**29.270.885,08**
		RESULTADOS ACUMULADOS	29.270.885,08
		Resultado do exercício	8.073.954,69
		Resultado de exercícios anteriores	42.333.933,19
		Ajustes de exercícios anteriores	-21.137.002,80
TOTAL ATIVO	**30.157.814,44**	**TOTAL PASSIVO**	**30.157.814,44**

De acordo com a Lei 4.320/1964, a situação patrimonial fica representado no Balanço a seguir:

Ativo Financeiro	8.677.761,49
Ativo Permanente	21.480.052,95
Passivo Financeiro	1.668.338,46
Passivo Permanente	98.570,61
Saldo Patrimonial	28.390.905,37

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA

2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais Aumentativas	43.751.607,95
Variações Patrimoniais Diminutivas	35.677.653,26
Resultado do Exercício	8.073.954,69

2.3 DÍVIDA FUNDADA

A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.

Saldo Inicial	1.407.515,33
Emissão	135.568,97
Resgate	1.444.513,69
Saldo Final	98.570,61

2.4 DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreendendo as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu o montante de R$ 1.366.375,37 (Um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

Títulos	Saldo Inicial	Movimentação do Exercício		Saldo Final
		Inscrição	Baixa	
Restos a pagar	764.672,72	895.813,98	482.537,11	1.177.949,59
Serviços da dívida a pagar	2.419.570,62	1.168.510,78	3.588.081,40	0,00
Depósitos	3.301,23	2.897.501,46	2.712.376,91	188.425,78
Total Geral	3.187.544,57	4.961.826,22	6.782.995,42	1.366.375,37

3. APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 Receita Orçamentária (Constitucional e Legal)

Durante o exercício, o comportamento da receita proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências Constitucionais e Legais, e, Dívida Ativa proveniente de Impostos, foi o seguinte:

Fonte	Arrecadação	25%	FUNDEB	Total
PRÓPRIOS	**4.935.437,84**	**1.233.859,46**	**0,00**	**1.233.859,46**
IMPOSTOS	**4.935.437,84**	**1.233.859,46**	**0,00**	**1.233.859,46**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.199.208,63	549.802,16	0,00	549.802,16
Imposto de Renda Ret. s/ Rend. Do Trabalho - Geral	560.869,31	140.217,33	0,00	140.217,33
IRRF s/ outros rendimentos	137.163,53	34.290,88	0,00	34.290,88
ITBI - Imposto s/ transmissão de bens imóveis - Geral	1.298.381,84	324.595,46	0,00	324.595,46
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - Geral	739.814,53	184.953,63	0,00	184.953,63
TRANSFERÊNCIAS	**30.322.328,24**	**7.580.582,06**	**5.819.008,82**	**13.399.590,88**
FEDERAIS	**14.808.786,58**	**3.702.196,65**	**2.716.300,55**	**6.418.497,20**
Cota parte do FPM - Geral	13.274.750,74	3.318.687,69	2.654.949,83	5.973.637,52
Cota parte do FPM - 1% entregue no mês de Dezembro	681.145,23	170.286,31	0,00	170.286,31
Cota parte do FPM - 1% entregue no mês de Julho	546.136,69	136.534,17	0,00	136.534,17
Cota parte do ITR - Geral	306.753,92	76.688,48	61.350,72	138.039,20
ESTADUAIS	**15.513.541,66**	**3.878.385,42**	**3.102.708,27**	**6.981.093,69**
Cota parte do ICMS	14.416.885,46	3.604.221,37	2.883.376,90	6.487.598,27
Cota parte do IPVA - Geral	1.009.849,73	252.462,43	201.970,00	454.432,43
Cota parte do IPI sobre Exportação - Geral	86.806,47	21.701,62	17.361,37	39.062,99
TOTAL	**35.257.766,08**	**8.814.441,52**	**5.819.008,82**	**14.633.450,34**

3.2 Transferências

TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS E FEDERAIS	**1.254.131,85**
Transf. Salário Educação	724.949,79
Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00
Transferências de Convênio da União	0,00
Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	73.726,00
Merenda Estadual	0,00
Transporte de Alunos do Estado	455.456,06
Rendimentos de Aplicação Financeira	**128.830,40**
TOTAL	**1.382.962,25**

Transf. Recursos FUNDEB	**5.015.901,93**

3.3 Da Despesa (Valores aplicados em MDE)

Descrição	Valor	%
Ensino Fundamental	3.378.203,43	9,58%
Ensino Infantil	1.141.740,03	3,24%
Retenções do FUNDEB	5.819.008,82	16,50%
Total aplicado na MDE	**10.338.952,28**	**29,32%**
FUNDEB MAGISTÉRIO	4.158.406,35	82,90%
FUNDEB OUTROS	857.495,58	17,10%
Total FUNDEB	**5.015.901,93**	**100,00%**

A receita obtida através da arrecadação de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, que formam a base para a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Infantil, no ano de 2022, atingiu a importância de R$ 35.257.766,08.

Através dos dados extraídos dos demonstrativos contábeis municipais, nos valores computáveis, chegamos ao montante de R$ 10.338.952,28, o que representa 29,32% de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

3.4 Gastos com Profissionais da Educação

A despesa com remuneração dos profissionais em efetivo exercício da educação paga com recursos do FUNDEB alcançou R$ 4.158.406,35 (Quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), enquanto a receita atingiu R$ 5.015.901,93 (Cinco milhões, quinze mil, novecentos e um reais e noventa e três centavos), constatando-se uma aplicação de 82,90%, conforme demonstrado:

Transf. Recursos FUNDEB	4.954.338,58
Rendimento Aplic. FUNDEB	61.563,35
Total da Receita	5.015.901,93

Ensino Fundamental	2.392.903,48
Ensino Infantil	1.765.502,87
Total da Remuneração	4.158.406,35
Percentual Aplicado	82,90%

4. RECURSOS APLICADOS EM AÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)

4.1 Receita Orçamentária (Constitucional e Legal)

No tocante às Receitas e Despesas Municipais vinculadas à Emenda Constitucional nº. 29 de 13 de setembro de 2000, que trata dos Recursos Mínimos para o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde. A emenda citada fixou a partir de 2004, a aplicação pelos municípios de no mínimo 15% das receitas provenientes de Impostos Municipais e Transferências Constitucionais e Legais, da União e do Estado em Ações e Serviços Públicos de Saúde. A arrecadação do Município de Analândia, no exercício de 2022, se comportou da seguinte forma:

Fonte	Arrecadação	15%
TRIBUTÁRIA (I)	**4.935.437,84**	**740.315,68**
IPTU	2.199.208,63	329.881,29
ITBI	1.298.381,84	194.757,28
ISS	739.814,53	110.972,18
IRRF	698.032,84	104.704,93
TRANSFERÊNCIAS (II)	**29.095.046,32**	**4.364.256,95**
Cota-Parte FPM	13.274.750,74	1.991.212,61
Cota-Parte ITR	306.753,92	46.013,09
Cota-Parte IPVA	1.009.849,73	151.477,46
Cota-Parte ICMS	14.416.885,46	2.162.532,82
Cota-Parte IPI - Exportação	86.806,47	13.020,97
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (I+II)	**34.030.484,16**	**5.104.572,62**

4.2 Despesa em Saúde

A despesa inicialmente autorizada para as ações e serviços públicos em saúde foi de R$ 6.199.100,00 (Seis milhões, cento e noventa e nove mi e cem reais), que se alterou no decorrer do exercício para R$ 8.142.825,31 (Oito milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos).

Fixada	6.199.100,00
Alteração Orçamentária	1.943.725,31
Autorizada	8.142.825,31

4.2.2 Do Cumprimento Legal

A despesa legalmente empenhada e que constitui a base de cálculo da aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde foi de R$ 7.244.681,72 (Sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Empenhada	8.005.253,05	-
Não computadas	760.571,33	-
Valor aplicado em ASPS	7.244.681,72	21,29%
Mínimo a ser aplicado	5.104.572,62	15%
Diferença	2.140.109,10	6,29%

Pelos demonstrativos acima, podemos constatar a aplicação de 21,29% sobre as Receitas Municipais e as Transferências Constitucionais da União e do Estado, pois como demonstrado no quadro de Receitas, a aplicação mínima seria de R$ 5.104.572,62 e foi aplicado pela administração R$ 7.244.681,72, ou seja, R$ 2.140.109,10 acima do mínimo de 15% estipulado pela Emenda Constitucional nº. 29, demonstrando assim, o pleno atendido do disposto na referida Emenda.

4.2.3 Outras Receitas e Despesas Não Computadas para Cálculo do Mínimo da EC nº29/2000

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu no exercício de 2022, recursos oriundos de auxílios e convênios, não

computáveis na base de cálculo do índice constitucional, mas que foi empregada em ações e serviços públicos na saúde, cuja execução é demonstrada de forma resumida no seguinte quadro:

4.2.3.1 Receitas

RECEITAS DE TRANSF. PARA SAÚDE	652.704,47
Proveniente da União - Fundo a Fundo	584.193,14
Proveniente dos Estados	68.511,33

4.2.3.2 Despesas

DESPESAS NÃO COMPUTADAS	760.571,33
Atenção Básica	670.932,37
Assist. Hospitalar e Ambulatorial	52.653,80
Suporte Profilático e Terapêutico	21.189,35
Vigilância Sanitária	15.795,81

A aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde esteve atrelada aos parâmetros estabelecidos e disciplinados na Lei de Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e de acordo com as demais normas legais e disciplinares sobre os recursos desta natureza. Todas as despesas realizadas e receitas auferidas foram também objeto de Prestação de Contas ao Estado, através de relatórios específicos, os quais demonstram de forma analítica toda a sua movimentação e inclusive foi objeto de análise e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da gestão econômico-financeira do exercício de 2022. Tendo em vista o exposto, e considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município da Estância Climática de Analândia, tem-se a verificação do efetivo cumprimento dos limites definidos pelas Leis pertinentes, bem como do estabelecido no Plano Plurianual de Investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei 4.320/64, a Lei 8.666/93, a Lei 101/00, assim como todos os princípios de Contabilidade aceitos no País aplicado nos Órgãos públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA

Em síntese, os dados demonstrados traduzem um grande esforço de todas as secretarias e órgãos da Administração para entregar uma vida melhor para os cidadãos.

PAULO HENRIQUE FRANCESCHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Relatório circunstanciado - 2022

Analândia

PREFEITURA

Av. 4, nº. 381 - Centro - Analândia - SP - 13.550-000

Fone: (19) 3566-9090

Site: www.analandia.sp.gov.br